

**-ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO
EURÍPEDES SALES**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO “LATO *SENSU*” EM
APERFEIÇOAMENTO EM FORMAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO**

**Leonardo Augusto Domingos Correia
Orien Tateshita**

**NICOLAU MAQUIAVEL, A IGREJA E A SOCIEDADE NA IDADE
MODERNA**

**SÃO PAULO
2020**

**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO
EURÍPEDES SALES**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO “LATO SENSU” EM
APERFEIÇOAMENTO EM FORMAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO**

**Leonardo Augusto Domingos Correia
Orien Tateshita**

**NICOLAU MAQUIAVEL, A IGREJA E A SOCIEDADE NA IDADE
MODERNA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales, como requisito para conclusão do curso de Especialização “Lato Sensu” em Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado.

Orientadores: Profs. Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes e Me. Júlio Comparini.

São Paulo
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Leonardo Augusto Domingos Correia
Orien Tateshita**

**NICOLAU MAQUIAVEL, A IGREJA E A SOCIEDADE NA IDADE
MODERNA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales, como requisito para conclusão do curso de Especialização “Lato Sensu” em Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado.

BANCA EXAMINADORA:

SÃO PAULO, XX de Outubro de 2020

O segredo da saúde, mental e corporal, está em não se lamentar pelo passado, não se preocupar com o futuro, nem se adiantar aos problemas, mas, viver sábia e seriamente o presente.

Buda

AGRADECIMENTOS

O tempo preciso onde na qual foi necessário para que pudéssemos ter o aprendizado e a destreza em poder de forma toda especial realizar o desenvolvimento e o processo deste trabalho de conclusão de curso que contou primeiramente com a ajuda de DEUS e depois de inúmeras pessoas, dentre as quais nós agradecemos imensamente

Aos professores Doutor orientador Silvio Gabriel Serrano Nunes e Doutorando e Mestre Júlio Comparini, que por durante vários meses nos acompanhou pontualmente e precisamente, dando todo o auxílio necessário e valioso para a elaboração do projeto.

Com carinho e efusivo amor aos professores do curso de especialização “Lato Sensu” em Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado que através dos seus ensinamentos permitiram que nós pudéssemos hoje estar concluindo este trabalho.

A todos que participaram das pesquisas, pela colaboração disposição e empenho no processo de obtenção de dados.

Aos nossos pais, que nos incentivaram a cada momento e não permitiram que nós desistíssemos em tempo algum desta caminhada realizada.

Aos nossos amigos, pela compreensão das ausências e pelo afastamento temporário da qual foi necessário para que todo este esforço e dedicação traduzisse neste projeto incrível e de tão grande valia.

E a todos que direta e indiretamente colaboraram de maneira a contribuir firmemente para que nós alcançássemos esta realização deste trabalho, os nossos mais sinceros e verdadeiros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho busca avaliar se de fato o pensador moderno Nicolau Maquiavel apresenta uma relação intrínseca com as ações e obras realizadas através das medidas tomadas pelas formas de atuação do Estado e pela atuação da Igreja onde se possa de fato notar e verificar se na principal obra deste pensador se encontra firmemente o desempenho do papel dos atores na aproximação do que existe entre a obra, o Príncipe, a Igreja na sua história e na sua essência e a participação da sociedade em geral. Tal análise é constantemente interessante, promissora e deve alimentar e retroalimentar o processo e a sedimentação de ações e obras que promovam o objetivo a ser alcançado em função de um planejamento estratégico e de tomadas de decisões, o aceite e a realização por parte de todos os envolvidos. Desta forma ter uma apresentação dentro da estrutura e forma atual, informação e percepção sobre os caminhos trilhados e tomados até aqui e assim servir de base para possíveis redirecionamentos ou manutenções dos atuais métodos e ações. Serão realizadas pesquisas documentais à textos bibliográficos já produzidos, visualização documentacionais e certificação de dados e números existentes que foram aplicados e informados, juntos aos diversos atores inseridos neste contexto, sendo eles: protagonistas, integrantes diversos, participantes coadjuvantes, organizações sociais e religiosas e da sociedade em geral. Serão observadas e analisadas, além da intenção, diversas ações e obras realizadas pelo Estado em busca dessa relação entre o filósofo Nicolau Maquiavel, a Igreja, e a sociedade em geral, porém fica claro o imenso espaço a ser ainda percorrido. Entendemos que todos os atores devem convergir neste sentido, o Estado realizando e efetuando o máximo de intenções na formalização das ações, obras e demandas, a Igreja buscando atender e superar as expectativas e demandas sociais e seu controle e sua irradiação destas diferenças, e a Sociedade em geral buscando informações e formação para agir de maneira crítica e embasada nas diversas áreas fomentadora de dados e números dentro da “coisa pública”.

Palavras-Chave: Nicolau Maquiavel. O Estado. A Igreja. A Sociedade. Análise.

ABSTRACT

This work seeks to assess whether the modern thinker Nicolau Maquiavel actually has an intrinsic relationship with the actions and works carried out through the measures taken by the ways in which the State operates and by the actions of the Church where one can actually notice and verify whether in the main work of this The thinker is firmly in the role of the actors in bringing together what exists between the work, the Prince, the Church in its history and in its essence and the participation of society in general. Such analysis is constantly interesting, promising and should feed and feed back the process and the consolidation of actions and works that promote the objective to be achieved in terms of strategic planning and decision-making, acceptance and realization by all stakeholders. Involved. In this way, having a presentation within the current structure and form, information and perception about the paths taken and taken so far and thus serve as a basis for possible redirections or maintenance of the current methods and actions. Documentary research will be carried out on bibliographic texts already produced, documentary visualization and certification of existing data and numbers that have been applied and informed, together with the various actors inserted in this context, namely: protagonists, diverse members, supporting participants, social and religious organizations and society in general. In addition to the intention, several actions and works carried out by the State in search of this relationship between the philosopher Nicolau Machiavelli, the Church, and society in general will be observed and analyzed, but it is clear the immense space yet to be covered. We understand that all actors must converge in this sense, the State carrying out and carrying out the maximum intentions in the formalization of actions, works and demands, the Church seeking to meet and overcome social expectations and demands and its control and its eradication of these differences, and the Society in general looking for information and training to act in a critical and grounded manner in the various areas that foster data and numbers within the “public thing”.

Keywords: Nicolau Machiavelli. The state. The church. The society. Analyze.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 1.1 TEMA..... | 09 |
| 1.2 PROBLEMA..... | 09 |
| 1.3 METODOLOGIA..... | 10 |
| 1.4 OBJETIVOS..... | 10 |
| 1.4.1 OBJETIVO GERAL..... | 10 |
| 1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 10 |
| 1.5 JUSTIFICATIVAS..... | 10 |
| 2. NICOLAU MAQUIAVEL..... | 11 |
| 3. A IGREJA E O OLD NICK..... | 12 |
| 4. DIREITO CANÔNICO E NICOLAU MAQUIAVEL..... | 14 |
| 4.1 IMPORTÂNCIA DO DIREITO CANÔNICO NA IDADE MÉDIA..... | 15 |
| 4.2 FONTES DO DIREITO CANÔNICO E SUA RELAÇÃO COM MAQUIAVEL..... | 15 |
| 4.3 AS ORIGENS DO DIREITO CANÔNICO NA IDADE MÉDIA E MAQUIAVEL..... | 17 |
| 4.4 A MUDANÇA DO DIREITO MEDIEVAL ANTERIOR AO DIREITO CANÔNICO..... | 17 |
| 4.5 A REFORMA LUTERANA E O NÃO AO DIREITO CANÔNICO..... | 18 |
| 4.6 ANÁLISE CONJUNTURAL DA IGREJA CATÓLICA E O DIREITO CANÔNICO..... | 19 |
| 5. SOCIEDADE FLORENTINA E A SOCIEDADE RENASCENTISTA..... | 19 |
| 5.1 SOCIEDADE FLORENTINA E NICOLAU MAQUIAVEL..... | 19 |
| 5.2 SOCIEDADE RENASCENTISTA E A PARTICIPAÇÃO DE MAQUIAVEL..... | 22 |
| 6. NÚCLEO CENTRALIZADOR OBJETIVADOR GERAL..... | 23 |
| 7. ANÁLISE CONCLUSIVA E JUSTIFICADORA..... | 29 |
| REFERÊNCIAS..... | 31 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

Na atualidade da qual vivemos os caminhos perfilados pela sociedade neste período temporal nos permitem cada vez mais a sermos plurais, a buscarmos o conhecimento e embasamento suficientes para termos a condição de analisar, de verificar, de questionar e realizar nas mais diversas áreas e protagonizar os mais diversos procedimentos. Neste contexto, uma das abordagens mais relevantes que a sociedade em geral pode e deve realizar, diz respeito à forma da “coisa pública”, dos bens e serviços públicos que são realizados por poucos para o benefício de todos e a participação da Igreja e da sociedade em geral.

Verificando as estruturas já existentes ou criando-as e com capacidade física e técnica para tal, ou buscando-as, o Estado, através de sua estrutura, atuam de forma a delinear um processo para o encaminhamento que ofereçam uma gama de serviços, programas e projetos que visam dar suporte a sociedade em geral, de ações contundentes aliado ao conhecimento técnico de alta qualidade sobre temas sociais e políticos, bem como a participação da Igreja e a sua interação com a sociedade na condição evolutiva e de crescimento e desenvolvimento, mais a visão de Nicolau Maquiavel.

Assim sendo, como sugere nosso tema, Nicolau Maquiavel, a Igreja e a Sociedade é uma relação sempre atual, marcante, de interesse geral e que estimula e permite um aprofundamento que contribua para a análise relacional do conhecimento da idade moderna, da Igreja e da Sociedade que está hoje presente no mundo inteiro.

1.2 PROBLEMA

A ideia deste trabalho é justamente permitir a abertura de um caminho para esta análise relacional. Com atores desta história, existe uma relação entre eles? O filósofo moderno Nicolau Maquiavel pode ser considerado e suas ideias e pensamentos contribuiriam para atual situação da qual viveu? A Igreja de hoje tem alguma relação possível com Nicolau Maquiavel e a Sociedade de ontem e de hoje?

A Sociedade em geral já tem a exata noção das possibilidades desta relação analítica? Existe o entendimento e a necessidade de se buscar a informação e de criar essa cultura de análise da ação realizada na “coisa pública”, desde a infância até a chamada “melhor idade”? Qual é a real dimensão da participação da Igreja no passar dos tempos e a Sociedade em geral?

1.3 METODOLOGIA

Utilizaremos pesquisa documental, textos bibliográficos já produzidos, utilizados junto aos diversos atores inseridos neste contexto, além de todo o ensinamento proporcionado pelos diversos mestres ao longo deste curso.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar dentro da estrutura e do quadro atual, informações que levem à avaliação e a análise das ações dos gestores sobre o relevante papel de suas atuações na ótica de Nicolau Maquiavel, e como a Igreja como fomentadora de ações e obras se encontra na sua aproximação e relação com sociedade em geral.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar de maneira clara, aspectos estruturais das ações políticas e governamentais, da Igreja e seu comportamento junto a sociedade em geral.
- Verificar e certificar os dados fomentadores da análise e avaliação das ações tomadas e os resultados obtidos e buscar ampliar a efetiva a relação entre o pensador Nicolau Maquiavel, a Igreja e a sociedade em geral.

1.5 JUSTIFICATIVAS

O que nos motiva a realizar esta pesquisa, é este relacionamento com a necessidade de entender o estágio das ações realizadas e existentes para atingimento dos objetivos e metas produzidas e fomentadas pelas políticas com as ideias de um pensador moderno como Nicolau Maquiavel, a participação da Igreja, e a sociedade em geral.

Também verificar este relacionamento com a ideia de avaliar e certificar de maneira participativa, com os diversos atores envolvidos no contexto, a necessidade de um contínuo pensamento que proporcionem e gere decisões e ações e obras que proporcionem o melhoramento da eficiência, eficácia e efetividade nas ações de crescimento e desenvolvimento político e econômico do serviço público realizado pelos entes públicos e privados. Para isso observamos

algumas ferramentas de trabalho utilizadas (incluindo as de via internet) e o real alcance das ações tomadas historicamente.

2. NICOLAU MAQUIAVEL

Antes de adentrar ao mérito propriamente dito da questão, faz-se necessário breve introdução ao filósofo e escritor Maquiavel, circunstância de vida e sua principal obra, *o príncipe*.

Nicolau Maquiavel, nasceu e morreu em Florença, na Itália (nascimento em 03.05.1569 e morte em 21.06.1527), filho de um advogado, nobre toscano, mas pobre.

Para que se possa entender o pensamento do florentino, é necessário entender um pouco da sua vida e do contexto histórico ao qual viveu. É preciso, portanto, considerar o envolvimento de Maquiavel com a vida pública e política, onde ocupou diversos cargos executivos, desde os 25 anos até sua morte. Além disso, é preciso ponderar que Maquiavel viveu numa Itália dividida em principados e condados.

O florentino, como era conhecido, viveu a transição do século XV para o XVI, em tal período ocorrera diversas modificações em estruturas sociais. A idade média, por exemplo, havia acabado não fazia muito tempo (perdurou entre os séculos V e XV, aproximadamente).

No ano de 1512, houve o retorno dos Médici ao poder. A obra *o príncipe* foi escrita no ano de 1513, sendo dedicado a dedicado à família governante, esperando que granjear a simpatia dos Médici, dedicando-o a Lourenço II, duque Urbino, conhecido como *Lorenzino*, sobrinho de Lourenço, o *Magnífico*.

É possível observar que na dedicatória de seu livro, Maquiavel faz um pedido explícito de ajuda, ansioso que estava por voltar à Florença e à vida pública.

Apesar do apelo, não houve, contudo, agrado por parte de Lorenzino. Somente depois de algum tempo é que o florentino conseguiu cair nas graças da família, obtendo do cardeal Júlio de Médici (que posteriormente tornou-se papa Clemente VII) o encargo remunerado de escrever a história de Florença.

De início, Maquiavel foi muito criticado pela sua obra, após a sua publicação, gerou muita controvérsias sobre o seu conteúdo, e, em 1559. Foi incluído no *Index librorum prohibitorum* (índice dos livros proibidos) da igreja católica.

Por causa de sua obra, o florentino ficou conhecido por seu realismo político e pessimismo antropológico, ao defender, em síntese, a constituição de um Estado forte, aconselhando o governante a preocupar-se em conservação do Estado, pois na política o que vale é o resultado. Maquiavel sustenta que a vida política tem exigências próprias, particulares, que não podem

subordinar aos imperativos, pretensamente universais, tanto da moralidade cristã quanto do humanismo estoico (Cícero e Sêneca)” (KRITSCH, 2001, p. 185).

Em vista disso, ao esboçar a figura de um príncipe que fosse capaz de promover um Estado forte e estável, estaria provavelmente expressando um desejo de ver a sua terra natal, Itália, unificada. O contexto histórico vivido por Maquiavel “[...] se traduz em uma triste realidade política, contrastada com a antiga grandeza de Roma. O italiano intelectualizado, culto, nunca deixou de se comparar à grandeza desse passado. O real (do presente) vivia à sombra do passado glorioso” (MANIERI, 2015, p. 129).

3. A IGREJA E O OLD NICK

Verificamos o modelo expansivo realizado pelo feudalismo por toda a Europa Medieval, onde pudemos observar a ascensão de uma das mais importantes e poderosas instituições desse mesmo período: a Igreja Católica. Com a expansão do cristianismo, observada durante o fim do Império Romano, a Igreja teve o alcance e a condição de ser a principal instituição onde disseminou e refletiu os valores da doutrina cristã, algo visionário para Nicolau Maquiavel que desejava a unidade nacional italiana como modelo de Estado.

Naquele tempo, logo após o Primeiro Século, inúmeras interpretações da doutrina cristã e outras religiões pagãs se faziam presentes no contexto europeu. Foi através do Concílio de Niceia, em 325, que se assentaram as bases religiosas e ideológicas da Igreja Católica Apostólica Romana. Foi através da centralização de seus princípios e da formulação de uma estrutura hierárquica basilar, que a Igreja teve condições suficientes para complementar o seu campo de influências durante a Idade Média, onde fazia com que Nicolau Maquiavel denotasse estes princípios aplicados pela Igreja Católica como uma engrenagem onde a forma e a concatenação ética é precisa para a manutenção do poder.

Uma época onde temos uma sociedade vigente marcada pelo pensamento religioso, a Igreja esteve nos mais diferentes extratos e nuances da sociedade medieval. A própria organização da sociedade medieval (dividida em Clero, Nobreza e Servos) era um reflexo da Santíssima Trindade. Além do mais, a vida terrena era desprezada em relação aos benefícios a serem alcançados pela vida nos céus. Dessa forma, muitos dos costumes dessa época estavam influenciados pelo dilema da vida após a morte, algo da qual Nicolau Maquiavel denotou como entrave para a manutenção do poder, pois o modelo pragmático e maleável no sentido de ajuste e manutenção do poder só poderia ocorrer com uma sociedade não tão apegada e determinada a uma doutrina.

Podemos verificar que com o destaque devido a sua presença no campo das ideias, a Igreja Católica também alcançou grande poder material. No período da Idade Média, ela passou a controlar grande parte dos territórios feudais, se transformando em importante caminho na manutenção e nas decisões do poder nobiliárquico. Tendo a própria exigência do celibato foi um importante mecanismo para que a Igreja conservasse o seu patrimônio, o que para Nicolau Maquiavel no seu modo de ver era um mecanismo interessante e virtuoso.

O crescimento do poder material da Igreja chegou a causar reações dentro da própria instituição, onde Nicolau Maquiavel via com olhos atentos de como este jogo político transcorria e como se desenrolava, com os resultados que mantinham este poder.

Notamos que grande parte da sociedade que viam a influência político-econômica da Igreja como uma ameaça aos princípios religiosos e tiveram o início de concentrar as ordens religiosas que se abstinham de qualquer tipo de regalia ou conforto material. Esta cisão e ruptura nas práticas da Igreja veio apresentar uma subdivisão junto ao clero em duas vertentes: o clero secular, que administrava os bens da Igreja e a representava nas questões políticas; e o clero regular, composto pelas ordens religiosas mais voltadas às práticas espirituais e a pregação de valores cristãos.

Em outro prisma este olhar registra que a Igreja manteve um grande monopólio sob o mundo letrado e do conhecimento daquele período. Exceto os membros da Igreja, pouquíssimas pessoas eram alfabetizadas ou tinham acesso às obras escritas. Por isso, muitos mosteiros medievais preservavam bibliotecas inteiras onde grandes obras do Mundo Clássico e Oriental eram preservadas. São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, por exemplo, foram dois membros da Igreja que produziram tratados filosóficos que dialogavam com os pensadores da Antiguidade, fato este que Nicolau Maquiavel via contrariamente como algo benéfico pois o fato de ter uma sociedade com conhecimento não possibilitaria uma ruptura brusca e conseqüentemente um findar da democracia.

Nesta dimensão enfatizada no tamanho do poder e da influência, a Igreja também sofreu com manifestações dissidentes. Por um lado, as heresias, seitas e ritos pagãos interpretavam o texto bíblico de forma independente ou não reconheciam o papel sagrado da Igreja.

No ano de 1054, a Cisma do Oriente marcou uma grande ruptura interna da Igreja, que deu origem à Igreja Bizantina.

A Igreja Católica possui um gigantesco patrimônio (grande parte deste patrimônio foi obtido através dos fiéis em poder ter a certeza da sua contribuição de uma forma terrena para a determinação de realização de ação e obra da glória divina). A Igreja dentro deste sistema processual fica inserida dentro deste contexto dos costumes greco-romanos, e participa ativamente na sobrevivência da Europa Ocidental atacada por bárbaros Germânicos e a conversão deles ao

cristianismo, este modelo para Nicolau Maquiavel é algo diferente para a visão democrática de governo e de poder.

Esta forma da participação da Igreja Católica teve uma precisão incisiva no pensamento social e cultural na época, seu poder era tão evidente que influenciava até a própria monarquia. Uma época, onde a igreja tinha uma posição onde os propósitos cristãos se fizeram presentes de forma que os fiéis sempre buscavam a salvação divina onde o oferecimento de seus bens eram um modo de ação para propiciar a conquista da tão sonhada salvação pois uma obra em vida em benefício divino dos que necessitam para a continuidade efetiva desta transformação e de poder perpetuar a fé cristã. Com o pensamento de Deus Uno e Trino, o Clero conquistou cerca de um terço das terras cultiváveis da Europa Ocidental, sendo ela uma grande senhora feudal, onde Nicolau Maquiavel que ao longo do tempo, ele foi inúmeras vezes considerado um autor maldito, a ponto de seu nome ter dado origem a um apelido para o diabo em inglês: "old Nick" e no livro O príncipe relata e pormenoriza estes fatos ocorridos onde a forma de concatenar este modelo da virtude onde esta virtú delineia o processo conduzitório político que não se assemelhe a fortuna e a sorte.

4. DIREITO CANÔNICO E NICOLAU MAQUIAVEL

Quando falamos do direito canônico estamos falando do direito da comunidade religiosa dos cristãos, mais especialmente do direito da Igreja católica. É chamado de canônico por causa da palavra ‘cânon’ que, em grego, significa regra, empregado nos primeiros séculos da Igreja para designar as decisões dos concílios, e é com Nicolau Maquiavel que temos a primeira grande ruptura no sistema ético tradicional do modelo de religião, moral e de direito. Nicolau Maquiavel simplesmente rompe com as preocupações típicas do pensamento político medieval, principalmente com o problema da justa relação entre o poder dos príncipes e o da Igreja Católica. Para Nicolau Maquiavel, ele tinha como verdade que a política deve ser guiada simplesmente por parâmetros políticos onde o objetivo da política é o bem do Estado e que juridicamente, a consequência fundamental é a separação da política do direito, e do direito da moral. Temos assim o início da secularização e da nacionalização do direito, processo que ganha impulso com a Reforma Protestante do século XVI.

4.1 IMPORTÂNCIA DO DIREITO CANÔNICO NA IDADE MÉDIA

Podemos informar que o direito canônico foi, durante a maior parte da Idade Média, o único direito escrito. E o fato de ser escrito dava a esse direito o primeiro lugar em muitos lugares da Europa, visto que a oralidade imperava em um período de analfabetos. Apesar da vantagem de ser escrito, esse direito foi também estudado, comentado.

Este caráter ecumênico da Igreja: desde os seus primórdios, o cristianismo demonstra e demonstrou e sempre demonstrará como a religião verdadeira para a universalidade dos homens; a Igreja e na sua concepção e para o arraigamento ao mundo inteiro desta tradição milenar.

Foi através do domínio do direito privado que foi regido exclusivamente pelo Direito Canônico, durante vários séculos, mesmo para os laicos. Os tribunais eclesiásticos eram o local de solução de casamentos e divórcios, por exemplo.

O Direito Canônico existe até hoje. A Igreja Católica mantém fielmente a tradição cristã mantendo esta condição fidedigna do Direito Canônico, se ajustando às temporalidades universais que os propósitos de Deus sempre fizeram e estão presentes, entretanto, hoje, a influência desse direito no direito laico é mínima, visto que, com Estados montados e centralizados, o Direito Canônico é utilizado somente em questões eclesiásticas (relativas à igreja). Não somente existe hoje um Código de Direito Canônico como também várias leis em matéria de direito privado são inspiradas neste direito. E com este quadro que Nicolau Maquiavel se encontra, de forma que seus pensamentos não se concatenavam com o modelo da Igreja Católica vigente na época.

4.2 FONTES DO DIREITO CANÔNICO E SUA RELAÇÃO COM MAQUIAVEL

Quando falamos das fontes do Direito Canônico que são o *ius divinum* – conjunto de regras que podem ser extraídas da Bíblia, dos escritos dos doutores da Igreja e da doutrina patrística.

Na própria legislação canônica – formada pelas decisões dos Concílios e dos escritos dos papas (chamados decretais).

Os costumes recebidos e os princípios recebidos do Direito Romano.

A validação dos costumes para serem utilizados como fonte do direito canônico tinham que obedecer a determinadas regras: por exemplo ter e ser seguido a pelo menos 30 anos, não ofender a razão, ser conforme o direito divino, aos decretos e ao ensino autorizado (GI LINSSSEN, op. cit., p.145).

Nos estudos de Direito engloba-se no rascunho do direito canônico. A Igreja teve um papel de extrema importância na sociedade medieval, na qual deteve um poder muito grande em

certas épocas e localidades. Há alguns fatores que evidenciaram o poder da Igreja na Idade Média, tais como:

CARÁTER UNITÁRIO DA IGREJA:

A expressão do Cristianismo onde Deus é uno e trino evidencia a religião verdadeira para a universalidade dos homens. A Igreja na sua tradição cristã e na sua concepção divina se põe ao mundo todo, a sua integralidade é de parte de um todo, a tendência universalista cristã integrou ao direito da Igreja um caráter unitário. O direito canônico é o único e comum a todos os países da Europa Ocidental que Nicolau Maquiavel pela sua criação tinha como verdade e de conceito de religiosidade.

DOMÍNIO DO DIREITO PRIVADO:

Na existência de qualquer litígio relativo a casamento ou divórcio (direito privado), era de competência da jurisdição eclesiástica a partir do século VIII. O direito canônico está na base de numerosas disposições do direito civil moderno, e esta base da qual Nicolau Maquiavel se deparava quando a política existente na época tratava este tipo de situação.

CODIFICAÇÃO PERPETUADA

E é no Período da Idade Média, que temos o direito canônico como o único direito escrito. E mesmo quando surgem as primeiras redações de costumes, não muito anterior ao século XIII, estas são, mais ou menos, sistemáticas do direito canônico, através da codificação que se perpetuam até nossos dias, e desta forma Nicolau Maquiavel tinha este contexto como um modelo existente do direito onde esta caminhada com a política nem sempre se ajustava precisamente.

INFLUÊNCIA SOBRE O DIREITO LAICO:

Ao enfatizar o direito canônico que foi objeto de trabalhos doutrinários, ou seja, constituiu-se uma ciência do direito, muito antes do direito laico, que foi, evidentemente, influenciado pelo canônico.

A Instituição Igreja, notou em seu poder, a sensibilidade da necessidade de um Direito próprio, um conjunto de normas. Foi no século II que tem início a formação do Direito Canônico. As fontes se encontravam nas decretais pontifícias, nos cânones oriundos de concílios, nos mais variados estatutos promulgados por bispos, e nas inúmeras regras monásticas com seus livros penitenciais.

Qualquer Instituição para se firmar ela precisa de uma justificação e uma estrutura jurídica, com isso a Igreja Católica há muitos séculos teve necessidade de regras, normas, decretos chegando a um momento em que isso ficou compilado, nascendo o direito canônico. Conjunto este de leis que com pendem a afirmação da Igreja Católica na esfera social, podendo então dizer-se que o Direito Canônico é o direito da Igreja Católica, Nicolau Maquiavel via com bons olhos este modelo de estruturação jurídica e que de certa forma contribuía firmemente em seus propósitos de sistema de governo.

4.3 AS ORIGENS DO DIREITO CANÔNICO DA IDADE MÉDIA E MAQUIAVEL

Com uma ideia paralela da necessidade de organizar, surge o direito canônico da Idade Média, pois existiam várias leis, diversas situações, mas faltava uma organização para começar a formar indicadores que pudessem depois ser consultados posteriormente para facilitar a ordem de execução das tarefas, com o objetivo de organizar a vida das pessoas dentro da igreja.

Assim o direito canônico manteve-se, durante toda a Idade Média, como o único direito escrito e universal. A jurisprudência romana subsistiu-se de certa forma através do direito eclesiástico, uma vez que a igreja se desenvolveu à sombra do antigo Império Romano, não podendo furtar-se à sua influência. (GILISSEN, 1979, p.134).

Nicolau Maquiavel no seu livro O príncipe expressa justamente a ética existente no direito canônico da Igreja Católica que de certa forma contrasta neste modelo sistêmico de governo da qual ele acreditava e que até nos dias de hoje este tipo de indagação se faz pertinente e que a valia destes escritos realmente devam ser parte viva do dia a dia da sociedade de hoje ou mesma parte dela.

4.4 A MUDANÇA DO DIREITO MEDIEVAL ANTERIOR AO DIREITO CANÔNICO

Quando voltamos para o Direito Medieval que possuía uma ênfase ao surrealismo, devido as decisões que não acompanhavam uma lógica jurídica, sendo assim o direito canônico teve o mérito de criar uma situação de diálogo, de debate e conseqüentemente poder afastar a ideia do

irracional. Então o juiz de Deus (Ordálias) nas situações em que a pessoa tinha a sua inocência provada, ou não, de acordo com um tratamento totalmente racional, de mesmo modo isto desaparece com o Direito Canônico. Não obstante vale ressaltar que a própria inquisição funcionada dentro do direito canônico, apesar de possibilitar teoricamente a defesa e o debate, ela também se insere no Direito Canônico, pois a Inquisição seguia as ordens e orientações do Direito Canônico, sendo a Inquisição entendida da seguinte forma, quando surgia alguma acusação de que alguém estava contrário as leis de Deus, as leis da Igreja, esta pessoa era inquirida, investigada. Investigações estas que não eram conduzidas tão bem, de uma forma organizada, ficando a desejar a possibilidade da defesa real para o acusado, uma visão que para Nicolau Maquiavel estava bem mais próxima do conceito de virtú apresentada no livro o príncipe e que coaduna na perspectiva de relacionamento mais interativo com o sistema político de governo existente mas com restrições por ser leis da Igreja Católica.

4.5 A REFORMA LUTERANA E O NÃO AO DIREITO CANÔNICO

A Reforma Luterana é datada em 31 de outubro de 1517, quando o monge agostiniano da Igreja Católica Martinho Lutero teria fixado 95 teses desfavoráveis ao comércio de indulgências na porta da igreja do castelo de Wittenberg, na Alemanha. O monge agostiniano Martinho Lutero tinha questionado os dogmas e práticas da Igreja Católica Apostólica Romana, principalmente no tocante a venda de indulgências autorizadas pelo papa Leão X. Martinho Lutero passou a desenvolver ideias sobre o direito e a escrever obras sobre questões políticas. Assim, o luteranismo interessou aos príncipes e soberanos territoriais, com a adesão ao movimento reformista, ficariam livres da interferência, não apenas religiosa, mas também político-militar, do papa e do Kaiser em seus domínios. Temos na doutrina luterana o sustento de que a Igreja não tinha nenhuma distinção hierárquica entre os fiéis, mas no reino temporal a desigualdade era necessária, sem a qual a ordem não poderia subsistir. O monge agostiniano Martinho Lutero realizava a defesa no sentido de que a obediência à Lei de Deus não era um meio de se alcançar a salvação. Desta forma, a teologia do reformador liberta o cristão dos vínculos do direito canônico e tornou-o senhor de si mesmo. Já para Nicolau Maquiavel era algo que se vai de encontro com suas ideias pois possibilita esta maleabilidade da virtú na realização e na concretização da ética maquiavélica e para o modelo de sistema de governo.

4.6 ANÁLISE CONJUNTURAL DA IGREJA CATÓLICA E O DIREITO CANÔNICO

Podemos afirmar que o Direito Canônico na sua instituição foi em consequência da estruturação processual e normativa para assegurar e garantir a autoridade da Santa Igreja. Com estes 2000 anos o Direito Canônico sempre se manteve dentro da Tradição Cristã apesar da sociedade dentro deste processo vigente ter revestido dentro de um conceito diferenciado mas sempre com a tradicionalidade cristã implícita nas ações e suas realizações de obras cristãs, ou seja, um processo que equaliza mantendo a tradição da Igreja em conjunto as formas e costumes dos povos. Com a Reforma Luterana temos a divisão neste modo de pensar e agir, algo que para Nicolau Maquiavel ia de encontro com a forma de atuação de todos os atores envolvidos na realização e alcance do sistema político condizente com o objetivo de longevidade governamental e de poder. Nos dias atuais temos o direito canônico que segue o rito processual de cada país, tendo assim legitimidade ao sistema judiciário para melhor conduzir o conflito das partes e ter o resultado mais profícuo para cada situação onde a influência é relativa é proporcional próximo da virtú de Nicolau Maquiavel.

5. SOCIEDADE FLORENTINA E A SOCIEDADE RENASCENTISTA

5.1 SOCIEDADE FLORENTINA E NICOLAU MAQUIAVEL

Para falarmos da sociedade florentina podemos voltar ao ano de 774, Florença foi uma conquista de Carlos Magno, que passa a ser parte do Império Carolíngio. Em 1115, a cidade conquista sua liberdade aproveitando das disputas motivadas pela sucessão da condessa Matilde. Os florentinos conquistam o vicário imperial e assumem os castelos e os povoados próximos para assegurar e garantir a segurança de seu comércio.

No ano de 1125, Fiesole foi conquistada e seus habitantes foram obrigados a ir morar em Florença. Se aliou a Pisa, que lhe proporcionava os barcos que necessitava para o comércio, contra Siena, cujos bancos disputavam a clientela da Santa Sede.

Com o passar dos tempos em 1218 com divergência em sua autonomia fez com que gerasse um conflito armado com Pisa pela hegemonia da Toscana.

Já na época dos séculos XII e XIII, os florentinos tiveram uma participação ativa nos conflitos armados entre guelfos e gibelinos, facções que disputavam a sucessão da coroa imperial. Os guelfos defendiam o poder papal e estavam contra os privilégios nobiliários, enquanto os gibelinos, apoiados pelo imperador germânico, se opunham ao poder do Pontífice. Florença foi

predominante guelfa. A nobreza ficou muito debilitada por essas lutas, desavenças e foi expulsa do poder em 1293, abrindo o período do segundo povo.

Com isto, Florença era a primeira cidade da Toscana, já que Pisa havia sido derrotada por Gênova em 1284 e Siena começava a declinar. A cidade de Florença era uma das mais ativas da Itália. As transações negociais eram familiares e possuíam sucursais em toda a Europa ocidental. As empresas mais antigas seguiam envolvidas na disputa entre brancos e negros (1300-1302), facções em que se dividiram os guelfos, e sofriam suas consequências. Apesar dos conflitos políticos, elas não foram fatores impeditivos para que a cidade de Florença se tornasse uma das cidades mais poderosas e prósperas da Europa, para onde se dirigiu o comércio, ao contrário de Veneza, que se expandiu pelo Mediterrâneo.

A demonstração do seu poder foi a criação do “florim de ouro” em 1252, moeda que permaneceu mais de três séculos como um dos padrões monetários do mundo, junto ao ducado veneziano.

Já a partir de 1326, as novas companhias se dedicaram ao comércio, à indústria e à atividade econômica mais importante, a financeira. Os florentinos organizaram o empréstimo a grande escala: eles emprestavam dinheiro aos soberanos da Europa em troca do arrendamento dos impostos. O mundo apresenta a crise econômica do século XIV e a Guerra dos Cem Anos que forçaram e levaram essas companhias à ruína, embora tenham surgido outras novas, também de base familiar, que atuaram de forma mais prudente e salutar.

Estamos já no ano de 1406, Florença conquista Pisa e se torna a potência marítima da época. Grande parte da maioria dos ricos comerciantes, para assegurar a salvação da sua condição no processo divino, dedicavam parte dos seus lucros a construir capelas e até igrejas, como ações e obras cristãs. Verifica-se que há a efetivação transformadoras de suas residências e granjas em verdadeiros palácios.

Começamos assim a certificar da arte florentina, inspiradora no processo de abertura do novo processo que surgia o Renascimento no início do século XV, coincidindo com as últimas crises que precederam o estabelecimento do principado dos Médicis.

Já no século XIV, a política florentina, obra dos comerciantes, continuou sendo belicosa, marcante e virtuosa, embora agora se baseasse em um exército de mercenários. As figuras dos Albizzi dirigentes do “popolo grasso” e os Ricci das “artes médias” se uniram primeiro para derrubar o tirano (1343) e depois disputaram o poder entre si. Os “ciompi” (peões), dirigidos por um cardador de lã, conquistaram o poder em 1378. Com a ajuda dos Albizzi, o “popolo grasso” recuperou o poder em 1382 até 1434.

Falemos sobre a companhia dos Médicis, família mais rica de Florença, tinha grandes ambições políticas que se realizaram através de Cosme, o Velho. Este, sem nenhum título, conseguiu se apoderar de Florença em 1434, arruinando os adversários que vinham atrás dele.

Esta família os Médicis não procediam da nobreza feudal nem de nenhuma dinastia, e sim construíram sua fortuna de forma lenta, sem chamar a atenção, com base na arte da troca ou outros negócios, como uma ligação acentuada com a corte Papal, foi o que permitiu a Cosme aumentar consideravelmente a fortuna familiar.

Ele foi um mecenas ilustrado que favoreceu o florescimento da arte da sua época.

Para expressarmos sobre a família dos Médicis, que está intimamente unida à história de Florença, governou a cidade com algumas interrupções durante 350 anos. Durante esse período, Florença se destacou tanto por seu poder econômico, já que eram banqueiros da corte Papal, como por ser o epicentro da cultura e da arte.

Já com o mecenato de Lorenzo o Magnífico foi a representação de um marco na história da arte. Depois da sua morte, em 1492, foi substituído por seu filho Pedro II, contra o qual os florentinos se rebelaram e acabaram expulsando. Com seu exílio em 1494, terminou o primeiro período do governo Médici.

Os grandes comerciantes organizaram a república e o célebre Maquiavel se encarregou da diplomacia. Os artistas se faziam presente e seguiam indo à Florença para aprender com os mestres, mas, depois de formados, iam a Roma ou Milão, cidades mais ricas e politicamente mais estáveis.

Com o passar dos tempos em 1512, com o apoio dos espanhóis, os Médicis voltaram ao poder, que ostentaram durante quinze anos. Em 16 de maio de 1527, os Médicis são afastados pela segunda vez e se reestabelece a república.

Em 1530, o imperador Carlos V, com o apoio do Papa Clemente VII, tomou a cidade e nomeou seu genro, Alexandro de Médici, duque hereditário de Florença. O seu sucessor, Cosme II, anexou Siena em 1555. Já com o restabelecimento efetivado dos Médicis, temos a dinastia que governou por mais de dois séculos.

Já no ano de 1737 se extinguiu a linha dos Médicis e, com a nomeação do Duque de Lorena, marido de Maria Teresa da Áustria, Florença foi incluída nos territórios da coroa austríaca.

Logo após o Congresso de Viena, a Toscana passou a ser uma província do Reino da Itália. Esta história tem a participação de Nicolau Maquiavel com uma vertente participativa política que é marco da sociedade florentina.

5.2 SOCIEDADE RENASCENTISTA E A PARTICIPAÇÃO DE MAQUIAVEL

Para falarmos da Sociedade Renascentista precisamos remetermos a cidade de Florença que é conhecida por ser uma das cidades mais belas e fulgorosas da Europa.

Realmente o que descreve de fato, são os encantos e sua beleza que ultrapassam o sentidos da combinação entre a preservação da arquitetura medieval da cidade e a paisagem característica da região da Toscana, famosa por seus vinhedos. Para citar a cidade de Florença, com um tamanho relativamente de uma cidade pequena, conota a particularidade de um lugar perfeito para os amantes de cultura, sobretudo os de história, arte e filosofia.

A história propicia algo de relevância justamente na cidade de Florença que é tida como o berço do Renascimento, um movimento artístico-cultural que colocou em cena uma moral toda ela especial, marcante e diferente do mundo medieval, e fez com que o processo trouxesse de volta a prática do mecenato. Assim, inúmeros artistas dessa época foram favorecidos pelo mecenato da família aristocrata Médici. Família esta detentoras de grande poder econômico e político na região, os Médici incentivaram a produção de obras de arte que se tornaram ícones da cultura ocidental.

Certificamos que com a família Médici ocorreu o favorecimento intrínseco para com o cientista Galileu Galilei, que está enterrado numa tumba, no interior da *Basílica de Santa Croce*, que também abriga a tumba de Michelangelo e de Nicolau Maquiavel.

Na cidade de Florença, pode-se visitar o exuberante Palácio Médici-Riccardi para ter uma ideia da opulência da família Médici durante a Idade Média. Logo após este período, o palácio renascentista foi adquirido e mantido pela família Riccardi. (O palácio fisicamente fica, em frente à *Galeria Dell'Accademia* que possui um dos grandes atrativos de Florença).

Realmente é na cidade de Florença que se encontra uma das mais famosas obras-primas da humanidade, o Davi de Michelangelo, uma escultura com 5 metros e dezessete centímetros de altura, feita em mármore e que data de 1504. De todos os trabalhos artísticos produzidos por Michelangelo, esse é, sem dúvidas, o mais impressionante. Além disso, na *Galleria degli Uffizi*, encontram-se os não menos famosos quadros renascentistas pintados por Sandro Botticelli, como o “O Nascimento de Vênus”.

Nessa mesma galeria de arte, há diversas obras de outros pintores renascentistas igualmente famosos, como Rafael Sanzio, Donatello e Leonardo da Vinci.

Do ponto de vista filosófico, a cidade de Florença marcou a civilização ocidental pelo fato de ter nascido ali uma nova forma de nós, seres humanos, nos reanimarmos diante do jogo de contingências (benéficas e maléficas) da natureza, segundo o filósofo alemão Peter Sloterdijk em

seu livro traduzido para o espanhol “*El Reino de La Fortuna* “. Sloterdijk considera o livro “Decamerão” escrito por Giovanni Boccaccio como precursor do gênero novela que representa a idade moderna.

Podemos enfatizar que justamente na teoria literária, o romance Dom Quixote datado de 1605 seria o primeiro romance moderno. Na proposta de Sloterdijk, essa inauguração da sociedade novelesca já se inicia com o Decamerão no século XIV.

Quando estamos expressando a sociedade da Idade Média, a Sociedade Florentina e Sociedade Renascentista é com o propósito de demonstrar uma localidade com suas particularidades, nuances, sensibilidades, sentimentos, modos, pontos de vista diversas, cumplicidades, perplexidades, ponderações, propósitos, objetivos, viabilidades, contextos diversos existentes e todo este processo relacional que delineiam uma vertente da qual estimula o estudo e aprendizado existente e que possa sempre ser aprimorado, região cuja localidade, Nicolau Maquiavel, viveu, teve um contato aprofundado e se interagiu de forma intrínseca onde o crescimento e desenvolvimento se concatenou de forma a permitir as perspectivas se que alinhavam com o modelo da ética maquiavélica e o mundo começou a ver esta expansão com outros olhos, esta participação toda especial de Nicolau Maquiavel proporciona o impulsionamento deste novo horizonte chamada de Sociedade Renascentista.

6. NÚCLEO CENTRALIZADOR OBJETIVADOR GERAL

É justamente em um dos artigos o da “Religião e política no pensamento de Maquiavel”, de José Luiz Ames, que o modelo de interação dos clássicos que se aprofundaram na temática como *La Vita e le Scritti di Niccolò Machiavelli* de Oreste Tommasini e *La Religione di Machiavelli* de Alberto Tenenti, à certificação por parte de Ames onde verifica se o caráter civil, prático e ordenador do entendimento da religião em Maquiavel. Fica claro em diversos trechos de suas obras, o Secretário enaltece o papel da religião na Roma da Antiguidade destacando seu poder de ordenação da sociedade e atribuindo o fracasso das instituições italianas de seu tempo – inclusive a não unificação da Itália – à ideologia e à desordem devido a ótica denotada pela Igreja Cristã. Assim o modo ocular das interpretações se alinha com as produções recentes de Giuseppe Marocci, que também chamam atenção para essa forma toda especial e diferenciada do Secretário pelas características da antiga religião pagã dos romanos. (MARCOCCI, 2008:41).

Para que possamos verificar de forma objetivada a estrutura e o quadro organizacional dos que faziam parte deste modelo creio que a sistemática divisional em quatro núcleos de análise principais para a organização dos estudos sobre a temática devam demonstrar mais sucintamente

esta ideia, um primeiro que proporciona a visão do Secretário com relação a religião como um todo – e o modelo eloquente de elogio à antiga religião dos romanos; um segundo que realiza uma demonstração onde o seu entendimento do cristianismo como a religião de seu povo e de seu tempo; um terceiro que destaca e realiza o modo de ver e ser de Maquiavel no seu convívio com o cristianismo – a questão da sua própria religiosidade; e um quarto que incansavelmente se realiza no intuito de dar vazões as reações provocadas pela sua obra entre os intelectuais ligados à Igreja Católica e entre os próprios membros da instituição, na segunda metade do XVI.

No primeiro núcleo podemos citar que para Maquiavel o processo de valoração a religião era justamente a não importância de seu fundador, mas o conteúdo e o contexto dos ensinamentos, a verdade dos dogmas e a significação dos mistérios e ritos, a essência da religião é algo complementar a ideia principal diferentemente com relação a sua função e importância para a vida coletiva. A religião com o seu intuito ensinaria a reconhecer e de propiciar o respeito as regras políticas a partir do mandamento religioso.

Este modelo normativo coletivo poderia assumir tanto o aspecto impeditivo e coercitivo exterior da disciplina militar ou de autoridade política quanto o caráter persuasivo interior da educação moral e cívica para a produção do consenso coletivo. (AMES, 2005:01).

Já para o segundo núcleo, que justamente vem a tratar do entendimento sobre o cristianismo, há a necessidade de um desmembramento: o modo de Maquiavel ter como pensador e como pessoa sobre as mais diversas asserções sobre o cristianismo como religião em si – com sua filosofia e seus ensinamentos fundamentais – e, de outro, suas asserções sobre o mesmo como religião dominante de seu contexto, um modo da qual a ótica diferenciada propicia um olhar diferenciado, turvo e desfigurado. Nos dois núcleos para Maquiavel o modo de visualizar e enxergar é para a determinação das possibilidades viabilizadas para proporcionar o que para ele determinava no seu entender que era direções.

Quando expressamos o Cristianismo como a religião de seu povo e de seu tempo, Nicolau Maquiavel afirma no Capítulo XII do Livro Primeiro:

Tampouco se pode conjeturar mais sobre a declinação dela (a religião), como se para ver como os povos mais próximos da Igreja Romana, cabeça de nossa religião, têm menos religião. E quem considera seus fundamentos, e vê o uso atual quão diferente é daqueles, julgaria estar perto, sem dúvida, da ruína ou do flagelo. (MACHIAVELLI, 2016:26)

Verifica-se que há modo diferenciado e todo próprio como forma de atenuar estas diferenças com relação aos prelados e demais homens ligados à Igreja em seu tempo, Nicolau Maquiavel também efetuou criticava contundentemente o espírito dos homens no cristianismo, o que seria uma constante em seus escritos, não obstante e de seu entendimento que sua consideração com relação a religião cristã é agradável e formidável em sua essência e remediável e intrínseca para se atingir os fins destacados no primeiro núcleo.

Maquiavel sempre defendia um modelo onde mais que qualquer outra coisa, uma religião ajustada, primaz, e de luz onde o modelo propiciasse este indicativo de encaixe e ajuste para suprir e realizar esta permissão divina e de luz de tempos em tempos.

Passando para o terceiro núcleo, vemos que Nicolau Maquiavel vivia com o cristianismo de seu tempo – a questão de sua própria religiosidade –, ele tem uma colocação toda diferenciada e apropriada para a religiosidade, que podemos chamar de “religiosidade superficial cotidiana”, é justamente aquela que diz respeito aos ritos e eventos sociais, às celebrações e a termos coloquiais ou expressões cotidianas ligados ao conjunto de elementos que formam as filosofias e crenças do universo religioso, dos quais Nicolau Maquiavel participava e possuía uma percepção desta influência; e outra da qual chamaremos “religiosidade escatológica espiritual”, que possibilita o entendimento da crença no poder sobrenatural dos elementos religiosos, como milagres, curas ou a proteção dos santos e entidades espirituais, tendo uma influência onde permitia o sentimento de medo do fim dos tempos, dos castigos divinos e da crença no juízo final e na existência da vida *post-mortem*.

Mas tal evidência para Nicolau Maquiavel sempre prevaleceu a da Igreja Católica Apostólica Romana.

Com relação ao quarto e último núcleo, temos nos escritos de Nicolau Maquiavel a designação no processo reativo dos clérigos e dos intelectuais do meio religioso, há um processo de ignição para propositar um fator de sentimentos de conflito na península itálica, temos o seu auge na Ibéria, principalmente sob a pena dos jesuítas espanhóis que, na segunda metade dos Quinhentos, viram em Nicolau Maquiavel um grande adversário a ser eliminado.

Na época para alguns foi uma “erva tão daninha quanto ao Martinho Lutero”.

Até certo tempo antes dos jesuítas, o já citado bispo português Jerônimo Osório da Fonseca escrevia com muita indignação, raiva e cólera contra Nicolau Maquiavel em seu Tratado da Nobreza Cristã:

Houve até um certo perverso escritor, homem ímpio que, em alguns livros escritos em italiano (nos quais tratou não só da história da sua cidade, mas também de muitas questões concernentes à organização da república) cuidou que não lhe cumpria esconder quanto pensava

sobre a santidade de nossa religião. [...] Escreve ele que a religião cristã arruinou por completo no Império Romano aquela magnanimidade que luzia nos Antigos, e é de parecer que deve imputar-se esta santíssima religião do Deus Sumo e eterno a destruição da honra e da glória, e até o aniquilamento do brio militar. [...] Deixaria o morto em paz se não fosse tão grande o mal que agora tem causado com os seus corruptíssimos escritos, quanto o foi o mal que outrora fez com uma vida a todos os títulos desprezível. Mas, quando vejo que os escritos desse defunto doestam tão indignamente a nobreza cristã, não hesito em, adargado no apoio de Cristo, bater-me com o homem celerado. O que farei, não pelo gosto da peleja, mas para pôr raia à loucura e pecado de quantos padecem de igual cegueira da mente. [...] Espalhou largamente esta moléstia e inficionou a muitos com a gravidade de um mortal contágio. Antes de mais, pergunto: que se viu entre os nossos que possa em alguma maneira reputar-se como desprezível? (FONSECA, 1996:200-201).

Com certeza esta obra é a primeira publicação a possuir e relatar estes ataques diretos aos escritos maquiavelianos e a apesar de ter a data do ano de 1542, a descrição e a narrativa descreve um período anterior ao ápice das críticas aos escritos do florentino, tem a apresentação e uma forma toda própria e o tom agressivos e veementes que essas críticas ganharão na segunda metade do século.

Nicolau Maquiavel é determinante e incisivo na defesa da religião como instrumento de estado. Na sua concepção quanto mais conhecimento sobre a ciência natural das coisas tiver o governante, certamente esta relação provável de solução através das direções propiciadas através de ideias que proporcione em seus governados, o modelo processual que viabilize sempre a manutenção pacificadora, controladora e prontos para a defesa da pátria:

Portanto, os princípios de uma república ou reino, os fundamentos da religião que eles defendem, devem mantê-los; e tendo feito isso, será fácil para eles manter sua república, religião e, conseqüentemente, boa e unida. E eles devem, todas as coisas que surgem a favor daquilo que os julgam falsas, favorecê-los e aumentá-los; e quanto mais devem fazê-lo, mais prudentes são e mais informados sobre as coisas naturais. (MACHIAVELLI, 2016:25)

Nicolau Maquiavel em seu texto afirma, já ao fim do capítulo, que a boa religião e o temor a Deus são bastante mais efetivos, eficazes e eficientes que um bom príncipe para a sua manutenção de um império ou de uma cidade. Coloca que as respostas e as razões são simples: um

príncipe durará poucas décadas enquanto o sentimento religioso durará milênios ou como a Igreja até os dias de hoje diz por todos os séculos dos séculos. Amém.

Para falarmos da Igreja Apostólica Romana primeiro precisamos ter a definição pelo Código do Direito Canônico – Codex Iuris Canonici que expressa no seu Canône 113:

– § A 1. Igreja Católica e a Sé Apostólica são pessoas morais pela própria ordenação divina.

– § A 2. Na Igreja além das pessoas físicas, há também pessoas jurídicas, isto é, sujeitos, no direito canônico, de obrigações e direitos, consentâneos com a índole delas.

Já no Canône 1214 – Sob a denominação de Igreja, entende-se um edifício sagrado destinado ao culto divino, ao qual os fiéis têm o direito de ir para praticar o culto divino, especialmente público.

Com relação ao termo " católico ", especificamente a sua derivação é da palavra grega: καθολικός (katholikos), que possui o significado " universal ", " geral " ou " têm sua referência à totalidade " .

E para poder ter uma familiarização desta Igreja de milênios que é história há os termos universais que definem a Santa Igreja que “Una, Santa, Católica e Apostólica”, Igreja está fundada pelo Nosso Senhor Jesus Cristo. Esses atributos e modelos não foram observados ou atribuídos a ela aleatoriamente, a evidenciação e a existência de uma longínqua história de esplêndida e magnífica profundidade religiosa e um sério respeito à Tradição. Estes atributos foram sedimentados na bela composição do Credo Niceno-constantinopolitano: “Creio na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica”.

Quando expressamos, o termo “Una” que pode ser substituído por “Única”, ela se condiciona no sentido de dizer, a Igreja Católica é a única Igreja de Jesus Cristo. Neste propósito, a Constituição Dogmática “Lumen Gentium” (Luz dos Povos) efetua a demarcação numa colocação nos seguintes termos: “Esta [a Igreja Católica] é a única Igreja de Cristo, que, no Credo, confessamos ser una (...)”. Esta única Igreja de Cristo é aquela que o Nosso Senhor entregou a Pedro para que a apascentasse (cf. LG 8).

Na certificação divina vista aos olhos da fé, a Igreja é Santa, onde expressa o que é, sem defeito, sem mancha; indefectível, e encontramos esta afirmação no Catecismo da Igreja Católica.

Esta sua santidade tem origem em Jesus Cristo que está inseparavelmente unido a ela. Assim sendo Nosso Senhor, a torna santa e, por conseguinte, santificante. A Igreja não possui outra vida, senão a da graça.

Devemos ressaltar que historicamente, embora a Igreja seja totalmente santa, aqui na Terra, ela é formada por membros que ainda estão em processo de santificação, assim sendo, é necessário

a certificação deste processo intrinsecamente importante que a compreensão dos pecados de seus membros não macula sua santidade.

Temos no Dicionário Teológico, o termo “católico” pode ser traduzido pela expressão “na direção de todos”, “para todos”. Nessa mesma linha, o Catecismo da Igreja Católica, no parágrafo 830, afirma que este termo significa “‘universal’ no sentido de ‘segundo a totalidade’ ou ‘segundo a integralidade’”. A Igreja, portanto, “é católica em duplo sentido”, um sentido muito apreciado por Nicolau Maquiavel.

Esta efetivação da catolicidade da Igreja tem uma profunda e extensa ressonância no fato de possuir a plenitude dos meios da salvação. Para que este entendimento seja realmente factível verifica se que inexiste esta falta deste elemento de salvação aos seus fiéis, em síntese, não falta a ela nenhum sacramento. É a Igreja Católica, a única Igreja que ministra a validação real e lícita de todos os sete sacramentos instituídos por Jesus Cristo.

Para ter esta dimensão da Igreja que está intimamente ligada à missão dos nossos primeiros Pais na Fé, aqueles homens que estavam junto de Pedro, o primeiro Papa, na árdua e maravilhosa missão de poder expressar Jesus Cristo e de poder transmitir o Seu Evangelho por toda parte do mundo. Temos assim, que a Igreja é apostólica porque se fundamenta na fé, no testemunho e no ensino desses apóstolos. A palavra apóstolo possui o significado que quer dizer “enviado”.

O termo “Romana” não faz parte da identidade da Igreja, embora possua um importante significado histórico.

Temos historicamente que a Igreja Católica é Romana, porque sua sede apostólica encontra-se em Roma, local que outrora teve seu solo banhado pelo sangue de infinitos mártires. Foi exatamente no mesmo local em que Nero martirizou os cristãos, incendiando-os com piche para iluminar o ambiente, que Cristo colocou a sua Sede, a Santa Sé, o Vaticano; exatamente sobre o túmulo de São Pedro, o primeiro Papa.

Esta fé que com o passar dos tempos sempre foi questionada e a Santa Igreja tem sua posição tradicionalmente colocada sob olhos de desconfiança, a Instituição que é Santa, esta transição histórica vista sob uma perspectiva dos homens onde esta relação com Deus fora um modelo onde os pecados capitais sempre foram evidentes no galgar desta evolução divina.

Podemos citar uma passagem bíblica e tradicional e de conhecimento de muitos homens, onde Nosso Senhor Jesus pergunta aos discípulos: “E vós quem dizeis quem eu sou?” Simão Pedro respondeu: “Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo!”. Diante da resposta de Pedro, inspirada por Deus, Jesus lhe declara: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (Cf. Mt. 16,15-18).

Quando temos esta expressão “ Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja ” (Cf. Mt 16,15-18), esta pedra que é física, é justamente A Basílica de São Pedro onde está o túmulo do Apóstolo São Pedro onde está enterrado e neste mesmo local inclui diversas sepulturas e mausoléus, o túmulo de São Pedro, bem como uma estrutura para abrigá-lo está no extremo oeste de um complexo de mausoléus conhecido como Necrópole Vaticana, que data de aproximadamente o ano de 130 D.C.:

Verificou se que no complexo original foi enchido com terra para fornecer uma fundação sólida e compacta para o primeiro edifício da Basílica de São Pedro durante o reinado de Constantino I em aproximadamente no ano de 330 D.C.

Os ossos e os restos mortuários de São Pedro encontram-se no pé de uma edícula abaixo do assoalho.

E é nesta crença que Nicolau Maquiavel se depara e da qual faz parte da sua vida e para o conceito de virtude este modelo religioso é um entrave no sentido de consentimento e aprovação dos atos de virtú para o alcance dos objetivos do sistema político que propiciem a longevidade e a manutenção do poder.

Já com relação a sociedade florentina verificamos que há uma evolução física e foi um marco em termos de modelo de gestão que permitiram vários tipos de governos que se alternaram nos passar da história.

Afluíram as tendências renascentistas que processaram e delinearão uma forte atuação no modelo social e político da região.

Este crescimento e desenvolvimento em uma conexão visível trouxeram a marca desta evolução, uma consequência já esperada, modelo este que Nicolau Maquiavel fez parte tanto nas contribuições decisórias para a delineação dos processos evolutivos de crescimento e desenvolvimento da sociedade florentina.

7. ANÁLISE CONCLUSIVA E JUSTIFICADORA

Para realizarmos este processo analítico conclusivo e justificador onde realmente foi fonte exaladora que permitiu e viabilizou de uma forma única e toda especial e que permitiu a visualização toda ela com nuances e perfis de uma participação de Nicolau Maquiavel, da Igreja Católica e da sociedade vigente que foram os atores que expressaram uma participação toda ela marcante, determinante, especial e realmente delineadora de um processo todo ele diferenciado com atuação realmente diferenciadas que propiciaram a história da qual foi e com certeza permite inúmeras direções da qual a *virtú* de Nicolau Maquiavel expressou com destreza e faz os estudiosos

a terem várias perspectivas, destrezas e nuances nesta nova dimensão onde a realidade permite modelos e caminhos das mais diversas.

Algo realmente motivador e de uma emotividade sem igual pois este modo de poder aperceber uma t mpora católica apreciativa que realmente foi história e que continua sendo num viés contemplativo deste trabalho, creio firmemente nesta linha desenvolvida e acrescida num relance da qual não se tinha apercebido e que agora possa permitir e delinear algo que salte de uma forma toda ela especial, marcante e virtuosa, temos que Nicolau Maquiavel através de sua obra mais conhecida O príncipe é um marco que com suas nuances e propósitos propiciam a oportunidade deste significado apresentado com detalhes deste olhar do autor com as características desta virtude com virtú maquiavélico formalizador de propostas que nos dias de hoje realiza e faz com que olhemos com outros olhos estas ideias que na Idade Média já se tinha conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte – MG, Editora UFMG, 2010.
- ADVERSE, Helton. *Reflexões sobre Maquiavel – 500 anos de O Príncipe*. São Paulo, Edições Loyola Jesuítas, 2015.
- ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *Processo Criminal Brasileiro*. Vol. I, 3ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro, 1959.
- ARANOVICH, Patrícia Fontoura; ADVERSE, Helton; LYNCH, Christopher; JANNINI, Karina. *A Arte da Guerra – Nicolau Maquiavel*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Código de Direito Canônico*, São Paulo, Edições Loyola, 2017.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/Sou Católico: *Vivo minha Fé*, Brasília, Edições CNBB, 2007.
- DIAS, Mauricio Santana, Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*. Companhia Penguin, Editora Schwarcz S/A, São Paulo, 2019
- FUX, Luiz. *Curso de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Maquiavel*. EDIÇÕES 70, Lda, Lisboa – Portugal, 2008.
- GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição, 2005.
- GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu Mundo*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1999
- KRITSCH, Raquel. *Maquiavel e a construção da política*. Lua Nova, n. 53, p. 181-190, 2001.
- MANIERI, Dagmar. *O conceito de virtú em Maquiavel*. *Revista Crítica Histórica*, ano VI, n. 11, p. 128-147, jul. 2015
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado: e legislação extravagante*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- PANCERA, Carlo Gabriel Kszan, *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte – MG, Editora UFMG, 2010.
- PHILLIPS, Tim, *O Príncipe de Maquiavel – Uma Intepretação Moderna e Prática*. Editora Saraiva, São Paulo, 2010.
- REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario, *Filosofia: Antiguidade e Idade Média*, Vol. 1, Editora Paulus, 1ª edição, São Paulo, 2017.
- REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario, *História da Filosofia – Patrística e Escolástica*, Vol. 2, Editora Paulus, 5ª edição, São Paulo, 2019.
- REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario, *História da Filosofia – Do Humanismo a Descartes*, Vol. 3, Editora Paulus, 5ª edição, São Paulo, 2018.
- SANTOS, Rui b. de Carvalho, *Para Compreender Maquiavel*, Editora PHI Ltda, Campinas – SP, 2013.
- VIVANTI, Corrado; MADURO, Sérgio, *Nicolau Maquiavel nos Tempos da Política*, Martins Editora Livraria Ltda, São Paulo, 2016.
- WEBER, Hingo, *O Príncipe & Maquiavel sem ideologias*, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2007.